

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0072/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024 – Registro de Preços
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

PREGÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME / EPP / MEI
(Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014.)

OBJETO: REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE REFORMA, CONSTRUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE VALAS PARA ESTA AUTARQUIA.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia: 09/12/2024 às 08:00h até dia 19/12/2024 às 07:59h.	DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: A partir das 08:00h do dia: 19/12/2024.
SITE PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br	MODO DE DISPUTA: ABERTO
REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF.	FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ENCAMINHAMENTOS Endereço: Rua Antônio José Barbosa, 723 – Santa Luzia. Formiga/MG – CEP: 35.570-660. Setor de Licitações Aos cuidados do (a) Pregoeiro (a) Telefone: (37) 3329-2769 E-mail: pregoeiro@saaeformiga.com.br
SUPOORTE TÉCNICO PARA FORNECEDORES – LICITANET – Licitações On-line: (34) 2512-6500 – opção 02 E-mail: fornecedor@licitanet.com.br	
CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: Nos sites: www.licitanet.com.br e www.saaeformiga.com.br/editais	
O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser: R\$0,05 (cinco centavos).	
A estimativa de preços, para o presente pregão é de no máximo: R\$753.219,75 (setecentos e cinquenta e três mil, duzentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos).	



SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ: 16.782.211/0001-63 - TELEFONE (37) 3329.2767

Rua Antônio José Barbosa, 723- Bairro Santa Luzia

CEP: 35.570-660 - Formiga/MG / E-mail: pregoeiro@saaeformiga.com.br

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0072/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024 – Registro de Preços

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

Pelo presente processo, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Formiga/MG torna pública a realização de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei nº **14.133/2021**, a Lei Complementar nº **123/2006** com a redação dada pela Lei Complementar nº **147/2014**, o Decreto Municipal **Nº 9.841/2023**, e demais legislações aplicáveis, e ainda, pelas demais normas e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

O Pregão será conduzido pelo(a) Pregoeiro (*Agente de Contratação*), auxiliado pela Equipe de Apoio, conforme designação da Portaria nº **3848 de 05/07/2024**.

Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de avisos do SAAE, localizado na Rua Antônio José Barbosa, 723 - Bairro Santa Luzia, Formiga/MG, cuja cópia poderá ser obtida através dos sites: **www.saaeformiga.com.br/editais**, e/ou **www.licitanet.com.br**, e/ou do e-mail: **pregoeiro@saaeformiga.com.br** ou de requerimento dirigido ao(s) Pregoeiro(s) no Setor de Licitação do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Formiga/MG, no horário de **07:00 às 16:00 horas**.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA DE ABERTURA: **19/12/202**

HORÁRIO: **08:00h**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.licitanet.com.br**

1. DO OBJETO

1.1. REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE REFORMA, CONSTRUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE VALAS PARA ESTA AUTARQUIA.



SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ: 16.782.211/0001-63 - TELEFONE (37) 3329.2767

Rua Antônio José Barbosa, 723- Bairro Santa Luzia

CEP: 35.570-660 - Formiga/MG / E-mail: pregoeiro@saaeformiga.com.br

Nº	Qu.	Un.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
OS ITENS QUE NÃO TIVEREM EXPECIFICAÇÃO SÃO: (RESERVADOS PARA: ME/EPP)					
01	20	Un	SELADOR ACRÍLICO: PARA PAREDES INTERNAS E EXTERNAS E REBOCO - ACABAMENTO BRANCO - FABRICADO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 11702, 1ª LINHA COMPROVADO POR CERTIFICADO EMITIDO PELO FABRICANTE. RENDIMENTO MÍNIMO DE 100 M2 POR DEMÃO (18L).	209,90	4.198,00
02	20	Un	TINTA ACRÍLICA PREMIUM: PARA PAREDES INTERNAS E EXTERNAS, ACABAMENTO FOSCO, SEM CHEIRO, FABRICADA DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DA NBRS 11702, 15079/11 E 14942/03, 1ª LINHA COMPROVADO POR CERTIFICADO EMITIDO PELO FABRICANTE. RENDIMENTO MÍNIMO DE 100M2 POR DEMÃO (18L). LATA COM NO MÍNIMO 18 LITROS. COR A DEFINIR.	549,90	10.998,00
03	20	Un	TINTA ESMALTE ACETINADO: PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, ACABAMENTO ACETINADO, SEM CHEIRO, FABRICADA DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 11702, 1ª LINHA COMPROVADA POR CERTIFICADO EMITIDO PELO FABRICANTE. RENDIMENTO MÍNIMO DE 30 M2 POR DEMÃO (3,6L). LATA COM NO MÍNIMO 3,6 LITROS. COR A DEFINIR.	160,00	3.200,00

04	10	Un	PORTA DE AÇO. ABERTURA DE GIRO; TIPO VENEZIANA; MATERIAL AÇO; PRÉ TRATAMENTO NANOCERÂMICO; CATAFORESE; PORTA MONTADA, TONALIDADE CINZA; 1 (UMA) FOLHA; GARANTIA 5 ANOS; BATENTE 12CM; DIMENSÕES APROXIMADAS 2.17M X 0,87 M X 12CM. LADO DE ABERTURA DIREITO OU ESQUERDO (SEÁ INFORMADO NO PEDIDO). PADRÃO DE QUALIDADE MÍNIMO SASAZAKI OU SIMILAR.	747,50	7.475,00
05	10	Un	PORTA DE AÇO. ABERTURA DE GIRO; TIPO VENEZIANA; MATERIAL AÇO; PRÉ TRATAMENTO NANOCERÂMICO; PROTEÇÃO CATAFORESE; PORTA MONTADA; TONALIDADE CINZA; 1 (UMA) FOLHA; GARANTIA 5 ANOS; BATENTE 12CM; DIMENSÕES APROXIMADAS 2,17M X 0,77 M X 12CM. LADO DE ABERTURA DIREITO OU ESQUERDO (SERÁ INFORMADO NO PEDIDO). PADRÃO DE QUALIDADE MÍNIMO SASAZAKI OU SIMILAR.	715,00	7.150,00
06	10	Un	JANELA DE CORRER VENEZIANA DE AÇO. ABERTURA DE CORRER; TIPO VENEZIANA; MATERIAL AÇO; PRÉ TRATAMENTO NANOCERÂMICO; PROTEÇÃO CATAFORESE; JANELA MONTADA; TONALIDADE CINZA; 6 (SEIS) FOLHAS; GARANTIA 5 ANOS; BATENTE 12CM; DIMENSÕES APROXIMADAS 1,00M X 1,5M X 12CM. PADRÃO DE QUALIDADE MÍNIMO SASAZAKI OU SIMILAR.	1.082,00	10.820,00
07	10	Un	TELA DE SOMBREAMENTO COM ÍNDICE DE PROTEÇÃO 50%. INDICADA PARA COBERTURA DE PLANTAS ORNAMENTAIS, RANÁRIOS, SOMBREAMENTO COMPLEMENTAR NO INTERIOR DE ESTUFAS, FECHAMENTO LATERAL PARA VIVEIROS DE PLATAS, HIDROPONIA DE HORTALIÇAS, ENTRE OUTROS. FIO DE POLIETILENO, PRETO, COM TRATAMENTO CONTRA RAIS UV. PROTEGE CONTRA SOL, VENTO, GRANIZO, PREDADORES, AMENIZA A GEADA, ENTRE OUTROS. ROLO COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: LARGURA 4M X COMPRIMENTO 50M.	665,00	6.650,00

08	200	Un	TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO , CINZA, COM AS SEGUINTE DIMENSÕES APROXIMADAS 1,83M X 1,10M X 5MM.	63,00	12.600,00
09	200	Un	ARGAMASSA AC1 - ENSACADA 20KG	15,20	3.040,00
10	200	Un	CAL HIDRATADA ENSACADA 20 KG.	21,45	4.290,00
11	150	Un	TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO , CINZA, COM AS SEGUINTE DIMENSÕES APROXIMADAS 2,44 M X 50 CM X 4 MM.	29,80	4.470,00
12	300	M2	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO GRÊS OU SEMI-GRÊS APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR UE 5 M2 ATÉ 1,80MT ALTURA DAS PAREDES, COM DIMENSÕES SUGESTIVAS APROXIMADAS 30X50, COR BRANCO, ROCHA FORTE OU SEMELHENTE.	42,90	12.870,00
13	10	Un	REGISTRO ESFERA PVC 40MM FECHO RÁPIDO.	32,00	320,00
14	5	Un	VÁLVULA DE ESFERA METÁLICA FECHO RÁPIDO 1 1/2".	214,50	1.072,50
15	5	Un	CHUVEIRO ELÉTRICO 220V/6800W. COMANDO ELETRÔNICO: PERMITE A ESCOLHA GRADUAL DA TEMPERATURA. HASTE DE COMANDO COM 30 CM: TROCA DE TEMPERATURA AO ALCANCE DAS MÃOS (USO OPCIONAL); DISPOSITIVO OPARA REGULAGEM DA INCLINAÇÃO. FUNÇÃO TURBO OPCIONAL: BOTÃO LIGA E DESLIGA. RESISTENCIA DE TROCA RÁPIDA: TIPO REFIL DE FÁCIL ACESSO. PADRÃO MÍNIMO INDICATIVO DE QUALIDADE: TOP JET TURBO ELETRÔNICA. LORENZETTI.	208,23	1.041,15
16	10	Un	PINCEL CABO MADEIRA 1".	8,20	82,00
17	10	Un	ROLO PARA PINTURA - LARGURA APROXIMADA 100MM, ESPUMA DE POLIÉSTER, FIXADO A SUPORTE DE METAL E CABO PLÁSTICO.	5,80	58,00
18	10	Un	ROLO PARA PINTURA. LARGURA 230MM, LÃ NATURAL, FIXADO A SUPORTE DE METAL E CABO PLÁSTICO.	39,00	390,00

19	10	Un	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO 1/2, INOX DE MESA, BICA ALTA, COMANDO 1/4 DE VOLTA, AREJADOR EMBITUDO, COMPRIMENTO MÍNIMO 15CM, ALTURA MÍNIMA 20 CM.	109,00	1.090,00
20	8	Un	BANDEJA PARA PINTURA PLÁSTICA, 290MM X 390MM.	13,95	111,60
21	10	Un	CAIXA ACOPLADA COMPLETA PARA VASO SANITÁRIO.	305,95	3.059,50
22	10	Un	TORNEIRA METÁLICA DE 1/2 PARA JARDIM, COM MANOPLA EM CRUZETA, COM PONTA PARA INSTALAÇÃO DE MANGUEIRA.	80,25	802,50
23	30	GL	THINNER 5L.	114,00	3.420,00
24	10	Un	PÓ 2 - CIMENTO DE PEGA ULTRA-RÁPIDA PARA TAMPONAMENTO DE JORROS D'ÁGUA. PÓ FINO E SEM GRUMOS, COR CINZA ESCURO/MARROM, DENSIDADE 3,2g/cm³, TEMPO DE PEGA 20 A 50 SEGUNDOS. EMBALAGEM 15 KG. PADRÃO INDICATIVO DE QUALIDADE MÍNIMO: MARCA VIAPOL.	376,90	3.769,00
25	50	Un	GESSO EM PÓ. SECAGEM RÁPIDA, UNIDADE DE 1KG, COR BRANCA, NORMA TÉCNICA ABNT 13207, GARANTIA DE 24 MESES.	5,25	262,50
26	200	BR	BARRA DE FERRO GG 50 - 10.0MM - BARRA 12 METROS.	76,95	15.390,00
27	200	BR	BARRA DE FERRO GG 50 - 12.5MM - BARRA 12 METROS.	121,45	24.290,00
28	200	BR	BARRA DE FERRO GG 50 - 8.0MM - BARRA 12 METROS.	56,78	11.356,00
29	200	BR	BARRA DE FERRO GG 50 - 6.3MM - BARRA 12 METROS.	35,95	7.190,00
30	200	BR	BARRA DE FERRO CA 60 - 5.0MM - BARRA 12 METROS.	25,49	5.098,00
31	200	BR	BARRA DE FERRO CA 60 - 4.2MM - BARRA 12 METROS.	17,38	3.476,00
32	120	KG	ARAME RECOZIDO 18.	24,00	2.880,00
33	5.000	Un	TIJOLO COMUM REQUEIMADO.	1,05	5.250,00
34	5.000	Un	TIJOLO CERÂMICO PARA VEDAÇÃO - ATENDENDO NBR 15.270 - 1. COM 12 (DOZE) FUROS E DIMENSÃO 14X19X29CM.	2,08	10.400,00

35	300	TN	AREIA GROSSA LAVADA LIVRE DE IMPUREZAS.	110,00	33.000,00
36	20	Un	TORNEIRA DE BÓIA 2 POLEGADAS - INFORMAÇÕES TÉCNICAS: ALTA VAZÃO. PRESSÃO MÁXIMA DE FUNCIONAMENTO (METROS DE COLUNA D'ÁGUA): 150. COMPOSIÇÃO BÁSICA: LIGA DE COBRE (BRONZE E LATÃO), PLÁSTICOS DE ENGENHARIA E ELASTÔMEROS.	403,00	8.060,00
37	20	Un	TORNEIRA DE BÓIA 1, 1/2 POLEGADAS - INFORMAÇÕES TÉCNICAS: ALTA VAZÃO. COMPOSIÇÃO BÁSICA: LIGA DE COBRE (BRONZE E LATÃO), PLÁSTICO DE ENGENHARIA E ELASTÔMEROS.	257,00	5.140,00
38	5.000	Un	BLOCO DE CONCRETO COM FUNDO - DIMENSÃO APROXIMADA 09X19X39CM.	3,18	15.900,00
39	5.000	Un	BLOCO DE CONCRETO COM FUNDO - DIMENSÃO APROXIMADA 14X19X39CM.	3,70	18.500,00
40	5.000	Un	BLOCO DE CONCRETO COM FUNDO - DIMENSÃO APROXIMADA 19X19X39CM.	5,08	25.400,00
41	5.000	Un	BLOCO DE CONCRETO VAZADO - DIMENSÃO APROXIMADA 14X19X39CM.	3,90	19.500,00
42	5.000	Un	BLOCO DE CONCRETO VAZADO - DIMENSÃO APROXIMADA 19X19X39CM.	4,98	24.900,00
43	5.000	Un	BLOCO DE CONCRETO CANALETA COM FUNDOS - DIMENSÃO APROXIMADA 14X19X39CM.	4,97	24.850,00
44	5.000	Un	BLOCO DE CONCRETO CANALETA COM FUNDO - DIMENSÃO APROXIMADA 19X19X39CM.	6,60	33.000,00
45	200	SC	ARGAMASSA AC2. PACOTE COM 20 QUILOS.	31,00	6.200,00
46	200	Un	ARGAMASSA AC3 - ENSACADA 20 QUILOS.	39,50	7.900,00

47	20	Un	ZARCÃO PRIMER - TINTA PREPARADORA DE FUNDOS, PROPRIEDADES ANTICORROSIVAS, COR VERDE. GALÃO 3,6L.	130,00	2.600,00
48	300	Un	TELA SOLDADA MALHA POP REFORÇADA AÇO 4,2MM 15X15CM/2MX3M.	120,00	36.000,00
49	400	MT	LONA PLÁSTICA, COR DE UM LADO PRETA E OUTRO LADO BRANCO, 4M DE LARGURA.	11,50	4.600,00
50	975	TN	BICA CORRIDA OU BRITA CORRIDA (REJEITO). CONJUNTO DE PEDRA BRITADA. PEDRISCO E PÓ-DE-PEDRA, SEM GRADUAÇÃO DEFINIDA, OBTIDO DIRETAMENTE DO BRITADOR, SEM SEPARAÇÃO POR PENEIRAÇÃO. COMPOSTA POR CALCÁRIO, DEVENDO SEMPRE POSSUIR GRANULOMETRIA CONTÍNUA, O QUE SIGNIFICA UM EQUILÍBRIO NA SUA COMPOSIÇÃO, ENTRE GRÁUDOS E MIÚDOS. A SER UTILIZADA PARA APLICAÇÃO EM CAMADAS DE SUB-BASE E BASE DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS E PAVIMENTOS RÍGIDOS. ESTE TIPO DE MATERIAL APRESENTA UM ALTO SUPORTE DE RESISTÊNCIA, QUE O TORNA IDEAL E APROPRIADO PARA CAMADAS INTERMEDIARIAS E/OU DE ROLAMENTO PARA OS DIVERSOS TIPOS DE PAVIMENTAÇÃO. MATERIAL DEVERÁ SER APROVADO PELO SETOR TÉCNICO NO MOMENTO DA ENTREGA. (AMPLA CONCORRÊNCIA).	87,00	84.825,00
51	300	TN	PEDRA CALCÁRIA MARRUADA.	135,00	40.500,00
52	750	TN	MOINHA CALCÁRIA - GRANULOMETRIA DE 0 A 06MM. (AMPLA CONCORRÊNCIA).	98,50	73.875,00
53	500	TN	CALCÁRIO BRITADO P1 - BRITA 1 - LIVRE DE IMPUREZAS.	94,00	47.000,00

54	325	TN	BICA CORRIDA OU BRITA CORRIDA (REJEITO). CONJUNTO DE PEDRA BRITADA. PEDRISCO E PÓ-DE-PEDRA, SEM GRADUAÇÃO DEFINIDA, OBTIDO DIRETAMENTE DO BRITADOR, SEM SEPARAÇÃO POR PENEIRAÇÃO. COMPOSTA POR CALCÁRIO, DEVENDO SEMPRE POSSUIR GRANULOMETRIA CONTÍNUA, O QUE SIGNIFICA UM EQUILÍBRIO NA SUA COMPOSIÇÃO, ENTRE GRÁUDOS E MIÚDOS. A SER UTILIZADA PARA APLICAÇÃO EM CAMADAS DE SUB-BASE E BASE DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS E PAVIMENTOS RÍGIDOS. ESTE TIPO DE MATERIAL APRESENTA UM ALTO SUPORTE DE RESISTÊNCIA, QUE O TORNA IDEAL E APROPRIADO PARA CAMADAS INTERMEDIÁRIAS E/OU DE ROLAMENTO PARA OS DIVERSOS TIPOS DE PAVIMENTAÇÃO. MATERIAL DEVERÁ SER APROVADO PELO SETOR TÉCNICO NO MOMENTO DA ENTREGA. (COTA RESERVADA ME/EPP)	87,00	28.275,00
55	250	TN	MOINHA CALCÁRIA - GRANULOMETRIA DE 0 A 06MM. (COTA RESERVADA ME/EPP).	98,50	24.625,00
VALOR TOTAL GERAL MÁXIMO ESTIMADO A SER PAGO POR ESTA AUTARQUIA:				R\$753.219,75	

1.2. Os preços máximos, unitários e totais, para este certame, são os descritos na tabela acima. Serão desclassificadas as propostas que, após a etapa de lances e da tentativa de negociação prevista no § 1º do art. 61 da Lei Federal n.º 14.133/21, possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos aqui definidos.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/2021.

1.4. Os objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Justificativa da necessidade: A necessidade de aquisição de materiais de reforma, construção e recomposição de valas para o SAAE Formiga pode ser justificada pelas seguintes razões:

2.1.1. Manutenção da Infraestrutura e Qualidade dos Serviços: A recomposição de valas e a reforma de redes de distribuição e esgoto são fundamentais para assegurar o funcionamento adequado das instalações do SAAE. Ao longo do tempo, as redes de água e esgoto podem sofrer desgaste devido a fatores como o tempo de uso, condições climáticas e movimentação do solo, o que pode causar vazamentos, entupimentos e danos às infraestruturas.

2.1.2. Segurança e Prevenção de Acidentes: Quando as valas abertas para manutenção ou construção não são devidamente recompostas, podem representar riscos à segurança pública, como acidentes envolvendo pedestres ou veículos. Além disso, a recomposição das valas é crucial para evitar problemas no trânsito e danos à cidade, como buracos e afundamentos que podem comprometer a mobilidade urbana.

2.1.3. Adequação às Normas Técnicas e Regulamentações: A infraestrutura de saneamento deve atender a normas técnicas específicas de segurança, saúde e meio ambiente. A recomposição das valas, bem como a reforma de redes de abastecimento e esgoto, deve seguir critérios estabelecidos pela legislação, como as normas da Agência Nacional de Águas (ANA), da Vigilância Sanitária e do Código de Obras do município.

2.1.4. Expansão e Modernização do Sistema de Saneamento: Com o crescimento populacional e a expansão urbana de Formiga, é necessário ampliar e modernizar as redes de água e esgoto para atender novas demandas. Isso pode incluir a construção de novas valas para instalação de tubulações, além de reformas e reparos em trechos antigos ou danificados da rede.

2.1.5. Redução de Custos a Longo Prazo: Realizar reformas e recomposição de valas de maneira planejada pode evitar custos elevados com reparos emergenciais ou interrupções no serviço, que geralmente resultam em despesas extras e danos à imagem da instituição.

2.1.6. Sustentabilidade Ambiental: A recomposição adequada das valas também tem um impacto positivo no meio ambiente. A infraestrutura de saneamento bem mantida contribui para o tratamento adequado de esgoto e o uso racional da água. A falta de reparos e a má recomposição das valas podem gerar problemas ambientais, como contaminação do solo e dos corpos d'água.

2.1.7. Atenção ao Bem-estar da População: A falta de serviços adequados de saneamento básico pode resultar em sérios problemas de saúde pública. A recomposição de valas e a reforma das instalações visam garantir que a água fornecida à população seja potável e que o esgoto seja adequadamente tratado, evitando surtos de doenças transmitidas pela água, como diarreias, cólera, entre outras.

2.1.8. Transparência e Responsabilidade Fiscal: A aquisição de materiais para reformas e recomposição de valas deve ser feita de forma transparente e responsável, com planejamento adequado e licitações públicas. Isso garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e que a comunidade tenha acesso a um serviço de qualidade.

Enfim, a aquisição de materiais de reforma, construção e recomposição de valas para o SAAE de Formiga é essencial para garantir a qualidade dos serviços prestados à população, assegurar a infraestrutura adequada para o abastecimento de água e esgoto, e atender a normas de segurança, saúde e meio ambiente. Essas ações têm um impacto direto na qualidade de vida da população, na segurança pública e na eficiência do sistema de saneamento básico.

2.2. Justificativa da quantidade: Justifica-se a quantidade de materiais para reforma, construção e recomposição de valas para o SAAE Formiga, a qual está descrita no DFD, pelos seguintes pontos:

2.2.1. Atendimento à Demanda de Obras e Manutenção Programada: A quantidade de materiais especificada no DFD reflete a necessidade de atender às obras e manutenções programadas pelo SAAE. O volume de materiais é determinado com base em um planejamento técnico que considera o dimensionamento das obras de reforma, construção e recomposição de valas, incluindo as intervenções previstas para os próximos períodos.

2.2.2. Atenção ao Crescimento Urbano e Expansão da Rede: Com a expansão urbana de Formiga e o aumento da demanda por serviços de água e esgoto, é fundamental realizar a ampliação e a recomposição das redes de distribuição e de coleta de esgoto, o que demanda uma quantidade maior de materiais.

2.2.3. Reposição e Reforma de Infraestrutura Obsoleta ou Danificada: A infraestrutura de saneamento sofre desgaste ao longo do tempo devido a fatores como a ação do tempo, corrosão, movimentos do solo, entre outros. A reforma de redes e a recomposição de valas antigas exigem materiais que podem ser mais complexos e volumosos, dado o estado de deterioração das instalações.

2.2.4. Previsão de Trabalhos Emergenciais: Além das obras planejadas, o SAAE precisa estar preparado para possíveis problemas emergenciais, como rompimentos de tubulações ou vazamentos inesperados que exijam a abertura de valas e a reposição imediata de redes de água ou esgoto.

2.2.5. Eficiência no Planejamento e Otimização de Recursos: O planejamento da quantidade de materiais para reforma, construção e recomposição de valas deve ser realizado de forma a evitar desperdícios, sem comprometer a qualidade das intervenções. O volume de materiais descrito no DFD é calculado de forma a otimizar os recursos e garantir a execução das obras de maneira eficiente e dentro dos padrões técnicos exigidos.

2.2.6. Conformidade com Normas Técnicas e Legais: A quantidade de materiais também deve atender às exigências das normas técnicas e regulatórias que regem a execução de obras de saneamento. Essas normas incluem especificações sobre o tipo e a quantidade de materiais que devem ser utilizados para garantir a segurança e a durabilidade da infraestrutura.

2.2.7. Previsão de Impactos Climáticos e Condições do Solo: Fatores como a variação do clima e as condições do solo também podem influenciar o volume de materiais necessários para a execução das obras. Por exemplo, em períodos chuvosos ou de solo instável, pode ser necessário utilizar mais materiais para garantir a estabilidade das valas e evitar novos problemas durante a execução.

2.2.8. Garantia de Continuidade e Qualidade dos Serviços: A quantidade de materiais especificada no DFD assegura que o SAAE de Formiga terá recursos suficientes para realizar todos os serviços de reforma, construção e recomposição de valas de forma contínua e com a qualidade necessária. Isso é essencial para manter a eficiência do sistema de saneamento e evitar falhas no fornecimento de água ou no tratamento de esgoto.

2.2.9. Apoio à Sustentabilidade e Economia de Recursos: Por fim, o planejamento da quantidade de materiais deve buscar a sustentabilidade, com a utilização responsável de recursos naturais e materiais de construção. A quantidade descrita no DFD é calculada para evitar desperdícios e promover práticas mais eficientes em termos de consumo de materiais.

Sendo assim, a quantidade de materiais descrita no DFD para a reforma, construção e recomposição de valas para esta Autarquia é justificada

com base em um planejamento cuidadoso que considera o atendimento à demanda de manutenção, expansão e reforma das redes de saneamento, a necessidade de atendimento a normas técnicas, a previsão de situações emergenciais, o crescimento urbano da cidade e a busca por eficiência e otimização dos recursos públicos. Esse planejamento assegura a execução das obras de forma eficiente, segura e conforme as necessidades reais da população.

2.3. Com relação ao interesse público, justifica-se a aquisição de materiais de reforma, construção e recomposição de valas pelos seguintes motivos:

2.3.1. Preservação da infraestrutura urbana: A reforma e manutenção de vias públicas, incluindo a recomposição de valas, são essenciais para a preservação da infraestrutura urbana. A deterioração de ruas e estradas pode causar danos aos veículos, comprometer a mobilidade e aumentar o risco de acidentes. Investir na recuperação dessas áreas garante a segurança e a funcionalidade das vias para a população.

2.3.2. Saúde pública e segurança: Valas abertas ou mal reparadas podem representar riscos à saúde pública e à segurança dos cidadãos. A recomposição dessas valas evita o acúmulo de água, que pode gerar focos de mosquitos transmissores de doenças como a dengue, além de reduzir a possibilidade de acidentes, como quedas ou danos aos veículos. Assim, a aquisição de materiais para esses reparos contribui para a promoção de um ambiente mais seguro e saudável.

2.3.3. Eficiência nos serviços públicos: A recomposição de valas e a manutenção de outras infraestruturas urbanas são necessárias para a continuidade e eficiência dos serviços públicos essenciais, como fornecimento de água, esgoto, drenagem pluvial, eletricidade e gás. Se essas infraestruturas não estiverem em boas condições, há o risco de interrupções nos serviços, o que afeta diretamente a qualidade de vida da população.

2.3.4. Planejamento e desenvolvimento urbano sustentável: A aquisição de materiais para reforma e construção pode ser parte de um planejamento mais amplo de desenvolvimento urbano, que vise à modernização das cidades, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e à implementação de soluções sustentáveis. Isso inclui a recuperação de áreas degradadas, o aumento da permeabilidade do solo, a instalação de sistemas de drenagem adequados e a prevenção de enchentes.

2.3.5. Atendimento às necessidades da população: Em muitas cidades, a recomposição de valas e outros serviços de infraestrutura são urgentes devido ao desgaste natural ou às condições climáticas, como chuvas intensas. A aquisição de materiais de construção é, portanto, uma ação necessária para atender às necessidades imediatas da população, proporcionando condições de tráfego seguras e adequadas.

2.3.6. Cumprimento de normas e regulamentos: Em muitos casos, a reforma e a recomposição de valas são exigências legais para atender a normas ambientais, de segurança e de urbanização, reguladas por órgãos municipais, estaduais ou federais. O não cumprimento dessas normas pode resultar em problemas legais e financeiros para a administração pública, além de afetar negativamente a população.

2.3.7. Promoção do bem-estar social e econômico: Uma infraestrutura bem mantida contribui para a promoção do bem-estar social e econômico da comunidade. Com vias de acesso seguras e adequadas, a mobilidade de pessoas e mercadorias é facilitada, o que favorece o comércio, o turismo e a economia local. Além disso, uma cidade com boa infraestrutura tende a atrair investimentos, o que beneficia a população de forma geral.

Desta forma, a aquisição de materiais de reforma, construção e recomposição de valas, ao atender ao interesse público, justifica-se pela necessidade de garantir a segurança, a saúde, a funcionalidade e a sustentabilidade da infraestrutura urbana. Essas ações contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento ordenado das cidades.

3. ANEXOS

3.1. Integram este edital os seguintes **arquivos anexos:** Estudo Técnico Preliminar – (ETP); Mapa de Risco; Termo de Referência – (TR) e Minuta da Ata de Registro de Preços.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas (www.licitanet.com.br).

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.6. Pregão exclusivo para ME/EPP/MEI – Lei complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014.

4.6.1. Nos itens ou lotes de contratação, do presente processo licitatório, cujo valor total seja individual ou até R\$80.000,00 (oitenta mil reais), será garantido o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/06, aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

4.7. De acordo com a Lei Complementar Nº 147, De 07 de Agosto de 2014 - Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.6. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7. O impedimento de que trata o item **4.6.3** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.6.1 e 4.6.2** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. O disposto nos itens **4.6.1 e 4.6.2** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021

4.12. A vedação de que trata o item **4.6.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DO CREDENCIAMENTO NA LICITANET – LICITAÇÕES ON-LINE

5.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de Home Broker, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos do site LICITANET – Licitações On-line.

5.3. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto ao **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

5.3.1. A manutenção ou alteração da Senha de acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento Online (CHAT) do site LICITANET – Licitações On-line, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

5.4. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a Licitanet – Licitações On-line e nem a esta Autarquia a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5. O cadastramento do licitante junto a Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao certame.

5.6. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(34) 2512-6500 – opção 02 ou pelo e-mail: fornecedor@licitanet.com.br.**

6. DO CADASTRO NO APLICATIVO HABILITANET

6.1. O Habilitanet constitui um aplicativo de gestão de documentos da LICITANET – Licitações On-line.

6.2. A habilitação dos fornecedores em licitação pertinente à aquisição de bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, deverão ser comprovadas por meio de prévia e regular inscrição cadastral no **HABILITANET**, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

6.3. O Credenciamento junto ao aplicativo **HABILITANET** permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão Eletrônico.

6.4. Para a habilitação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá estar tempestivamente credenciado no aplicativo **HABILITANET**, devendo encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7. DA PARTICIPAÇÃO E CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no **item 11** deste Edital.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega das propostas;

7.3.2. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

7.3.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.3.4. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.3.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.3.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.3.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.4. Para apresentação das propostas os licitantes deverão atentar para:

7.4.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4.3. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7.4.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.5. A falsidade da declaração de que trata o item 7.3. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Autarquia ou de sua desconexão.

7.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA PROPOSTA ESCRITA

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o envio das propostas.

8.2. Na proposta escrita, deverá conter:

a) Preço unitário e total do item com até 02 (duas) casas decimais, valor numérico e por extenso, já incluídas todas as despesas com transportes, imposto, taxas, seguros, bem como ônus decorrentes de contratação de pessoal, leis trabalhistas, da Previdência Social, encargos fiscais, comerciais, inclusive descarga dos equipamentos, e outras que direta ou indiretamente incidirem sobre a contratada;

b) Data e assinatura do representante legal da proponente; (caso a proposta seja assinada por pessoa diferente da(s) constante(s) no Contrato Social, deverá ser anexada Procuração conferindo poderes para o ato).

c) Razão social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; Inscrição Estadual;

d) Endereço completo;

e) As especificações do material com marca e modelo (se for o caso), em conformidade com as especificações constantes neste edital e no Termo de referência;

f) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura da sessão pública do pregão, no silêncio assim será considerado;

8.2.1. O preenchimento do campo “marca” e “modelo” (se for o caso) dos materiais ofertados é obrigatório, sob pena de desclassificação do item que não apresentar essa especificação;

8.2.2. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerá estes últimos.

8.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste edital ou da legislação em vigor.

9. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. A partir do horário previsto no Edital e na Plataforma Eletrônica, terá início à sessão pública do pregão eletrônico;

9.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro (a) e os licitantes.

9.3. A análise das propostas pelo(a) Pregoeiro(a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixadas no Edital.

9.4. Atendidos todos os requisitos será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

9.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou a legislação em vigor.

9.5.1. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.6. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital;

9.7. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados à Plataforma Eletrônica para participar da sessão de lances;

9.8. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

9.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

9.10. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. A plataforma **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes e nem ao(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio;

9.11. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte **modo de disputa: ABERTO** – os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

9.13.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.13.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.13.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma acima, a sessão pública será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.15. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c)** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.15.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a)** empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;
- b)** empresas brasileiras;
- c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.17. Encerrada a etapa de envio de lances, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.17.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.18. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

9.19. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligência, com vistas ao saneamento de que trata o item 11.18, a

sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10. FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

10.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item **7.3.7.** deste edital.

10.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.4.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

10.4.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.4.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.5. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

10.5.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

10.5.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

10.5.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Autarquia, independentemente do regime de execução.

10.5.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Autarquia, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.7. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Autarquia, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

10.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

10.10.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.10.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. Após o encerramento do julgamento das propostas, o Pregoeiro abrirá o prazo de 02 (duas) horas para a apresentação dos documentos de habilitação, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

11.1.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio admitido pela Autarquia.

11.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

11.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

11.10. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

11.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

11.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 11.1.

11.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

11.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.17. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:

11.17.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.17.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a)** Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** Certidão de Regularidade da Fazenda Pública Federal, conjunta com a Dívida Ativa da União que abrange regularidade com o INSS;
- d)** Certidão de Regularidade Estadual;
- e)** Certidão de Regularidade Municipal (da sede da licitante); *Observação:* Peço especial atenção quanto a Certidão de Regularidade Municipal dos Licitantes com sede em Belo Horizonte, que deverão obrigatoriamente apresentar o **DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA**;
- f)** Certidão de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- g)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho, disponível no site www.tst.jus.br/certidao), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do art. 68, inciso V da Lei nº 14.133/21 e art. 642-A da CLT (incluído pela Lei nº 12.240/11);

11.17.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência e Concordatas, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica, com no máximo de 90 (noventa) dias da data prevista para entrega dos envelopes, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II;

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso I.

11.17.4. DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CRFB/88 E ART. 63, IV, DA LEI 14.133/2021:

a) O licitante deverá assinalar em campo próprio do sistema: LICITANET, a situação em que se enquadra a empresa no que se refere ao cumprimento do art. 7º, XXXIII da CRFB/88. (*Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz*);

b) O licitante deverá assinalar em campo próprio do sistema: LICITANET, a situação de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social no que se refere ao cumprimento do Art. 63, IV, da Lei 14.133/2021.

11.17.5. DA PROPOSTA ESCRITA

a) Anexar PROPOSTA ESCRITA, conforme exigida no item: 08, deste edital convocatório.

11.18. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, só puderem ser emitidos em nome da Matriz.

11.19. Todos os documentos que **NÃO** possuírem data de validade estabelecida pelo órgão expedidor deverão ter sido emitidos nos últimos 90 (noventa) dias.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.2. Declarado o vencedor e disparado o aviso de recurso no chat, qualquer licitante que desejar poderá manifestar imediata a intenção de recorrer dentro do prazo de 10 (dez) minutos em campo próprio no sistema com registro da síntese das suas razões. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.2.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **www.licitanet.com.br**.

13. CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1. O edital completo encontra-se nos sites: **www.saaeformiga.com.br/editais** e/ou **www.licitanet.com.br**.

13.2. Todas as alterações, retificações ou esclarecimentos que porventura se fizerem necessários serão publicados no site

www.saaeformiga.com.br/editais sendo que o acompanhamento destas informações será de total responsabilidade das licitantes.

13.3. Se for solicitado pela licitante (via e-mail ou telefone), o edital também poderá ser enviado por e-mail, não sendo necessário o pagamento do custo do edital.

13.4. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame, obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.saaeformiga.com.br/editais, visando ao conhecimento de possíveis alterações e avisos.

13.5. A impugnação e o pedido de esclarecimento **deverão preferencialmente** ser realizados de forma eletrônica, através de campo específico na **Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas**; ou poderão ser encaminhados para o e-mail: pregoeiro@saaeformiga.com.br ou, ainda, protocolizados no Setor de Licitação, dirigidas ao(a) Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para recebimento das propostas.

13.5.1. A petição deverá ser assinada pelo cidadão, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

13.6. As respostas do(a) Pregoeiro(a) às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail e disponibilizadas nos sites: www.licitanet.com.br e www.saaeformiga.com.br/editais, ficando acessíveis a todos os interessados.

13.7. No site citado serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o(a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência.

13.8. O SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Formiga/MG **não se responsabilizará** por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, **e caso não tenha sido acusado recebimento pelo(a) Pregoeiro(a)**, e que, por isso, sejam intempestivas.

13.9. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.10. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14. PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA, FISCALIZAÇÃO E GESTOR

14.1. A entrega do produto referente a este certame deverá ocorrer em no máximo: **15 (quinze) dias**, no horário entre: **07 e 11 horas, ou entre: 12 e 16 horas**; após solicitação do setor responsável. O SAAE – Serviço Autônomo de

Água e Esgoto exercerá a fiscalização, através do servidor designado: **REGINALDO ANTÔNIO TEODOLINO** pela portaria nº 3936 de 29 de novembro de 2024, que verificará e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, verificando-se irregularidades serão aplicadas às sanções previstas no edital convocatório; ficando assim, o mesmo responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto em conformidade com o Decreto Municipal Nº 9.841/2023. O endereço eletrônico para contato com o fiscal é: pregoeiro@saaeformiga.com.br o telefone é: **(37) 3329-2750**.

14.2. A gestão da Ata de Registro de Preços será realizado pelo servidor: **WANDERSON APARECIDO DOS SANTOS** designado pela portaria nº 3936 de 29 de novembro de 2024 cabendo a ele o controle administrativo / financeiro necessário ao pleno cumprimento deste.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. Após a entrega dos produtos, o pagamento será efetuado **À VISTA**, a contar da data da emissão e apresentação da Nota Fiscal Eletrônica.

15.2. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à licitante vencedora, pelo representante do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras.

15.3. Na hipótese a que se refere o subitem **15.2**, o pagamento ocorrerá: **À VISTA**, após a data de sua reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

15.4. O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto se reserva o direito de exigir da licitante vencedora, em qualquer época, a comprovação de quitação das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas.

15.5. Nos preços estão inclusos todos os custos e benefícios decorrentes do produto(s), de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do objeto do termo de referência.

15.6. É obrigação da licitante vencedora manter, durante toda a execução do objeto do termo de referência, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do **art. 92, XVI da Lei nº 14.133/2021**.

15.7. Fica expressamente vedada qualquer pretensão de pagamento antecipado.

15.8. Os dados para faturamento são os seguintes:

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE FORMIGA

CNPJ: 16.782.211/0001-63

INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA



SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ: 16.782.211/0001-63 - TELEFONE (37) 3329.2767

Rua Antônio José Barbosa, 723- Bairro Santa Luzia

CEP: 35.570-660 - Formiga/MG / E-mail: pregoeiro@saaeformiga.com.br

RUA ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA Nº 723 – SANTA LUZIA

TELEFONE (37) 3329 2750

CEP: 35570-660 – FORMIGA / MG

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

17.512.0008.6013 33 90 30 F/50 – Manutenção do Setor de Água – Material de consumo e 26.782.0006.6030 33 90 30 F/80 – Manutenção de ruas e avenidas – Material de consumo.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Emitir Autorização de Fornecimento;

17.1. Atestar o faturamento dos produtos contratados no documento fiscal correspondente, após rigorosa conferência e comprovada a execução total, fiel e correta dos produtos;

17.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas;

17.3. Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência;

17.4. Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na entrega dos serviços, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa;

17.5. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

18.1. Entregar os produtos em conformidade com a descrição técnica de igual ou superior qualidade;

18.2. Efetuar cada fornecimento mediante Autorização de Fornecimento da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por e-mail, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, a marca/modelo homologada, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável;

18.3. As despesas de frete/descarregamento para entrega em Formiga/MG serão por conta da CONTRATADA;

18.4. Atender as normas técnicas da ABNT, INMETRO e apresentar laudos técnicos específicos quando solicitados pelo fiscal do contrato, a fim de comprovar Características: de qualidade, resistência e durabilidade dos produto(s) a serem adquiridos, bem como a segurança aos usuários;

18.5. Cumprir todas as obrigações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

18.5.1. Dirimir quaisquer dúvidas e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a sua vigência;

18.5.2. Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do objeto/material;

18.5.3. Observar, atender, respeitar, cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Edital, e suas cláusulas, preservando o CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

18.6. Informar para a tesouraria do SAAE os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: saaetesouraria@hotmail.com

18.7. Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo-os no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas e às suas expensas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício, irregularidades ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes no Edital, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual;

18.8. Não será admitida subcontratação do objeto contratual;

18.9. Não haverá exigência de garantia da contratação dos Artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, pelo curto prazo da contratação e pelas suas características.

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

19.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

19.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

19.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

19.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

19.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

19.1.5. Fraudar a licitação

19.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

19.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Autarquia poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1. Advertência;

19.2.2. Multa;

19.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

19.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

19.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

19.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

19.3.4. Os danos que dela provierem para a Autarquia.

19.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo estipulado pela Autarquia, a contar da comunicação oficial, podendo ser aplicada em qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, podendo ser cumulativamente ou não com as demais sanções.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, 19.1.2. e 19.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4., 19.1.5., 19.1.6., 19.1.7. e 19.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1., 19.1.2. e 19.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Autarquia, descrita no item 19.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

19.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua

intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.11. Caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Autarquia, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Autarquia não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ: 16.782.211/0001-63 - TELEFONE (37) 3329.2767

Rua Antônio José Barbosa, 723- Bairro Santa Luzia

CEP: 35.570-660 - Formiga/MG / E-mail: pregoeiro@saaeformiga.com.br

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Autarquia.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.licitanet.com.br e www.saaeformiga.com.br/editais.

Formiga/MG, 29 de novembro de 2024.

José Omero da Costa
Diretor de Obras, Produção e Operações

Heytor Marcos Silva Pimenta
Diretor Geral